

A morte lhe cai bem: capitalismo em crises e imperialismo

Hugo Corrêa¹
Eduardo Sá Barreto²
Leonardo Leite³

147

Resumo

No artigo apresentamos uma interpretação sobre a relação entre crises, imperialismo e crítica social conectando dois períodos históricos distintos: o da formulação da teoria clássica do imperialismo e o período atual. Nosso objetivo foi entender como o marxismo respondeu à crise que levou à Primeira Guerra e como essa resposta poderia servir para enfrentarmos os impasses atuais. Destacamos que a pandemia de Covid-19, a emergência climática e as tensões imperialistas são dimensões entrelaçadas da crise contemporânea do capital, cujo paralelo com o processo histórico vivenciado pelo marxismo do começo do século passado deve ser encontrado na iminência da barbárie e na necessidade da crítica radical.

Palavras-chave: Imperialismo; Guerra; Crise; Crise ecológica; Covid-19.

¹ Professor da UFF e pesquisador do NIEP-Marx. | hcorrea@id.uff.br

² Professor da UFF e pesquisador do NIEP-Marx. | eduardobarreto@id.uff.br

³ Professor da UFF e pesquisador do NIEP-Marx. | leonardoleite@id.uff.br



Resumen

En el artículo presentamos una interpretación de la relación entre crisis, imperialismo y crítica social conectando dos períodos históricos distintos: el periodo de la formulación de la teoría clásica del imperialismo y el período actual. Nuestro objetivo era comprender cómo respondió el marxismo a la crisis que desembocó en la Primera Guerra Mundial y cómo esta respuesta podría servir para afrontar los impasses actuales. Destacamos que la pandemia de la Covid-19, la emergencia climática y las tensiones imperialistas son dimensiones entrelazadas de la crisis contemporánea del capital, cuyo paralelo con el proceso histórico vivido por el marxismo a principios del siglo pasado debe encontrarse en la inminencia de la barbarie y la necesidad de una crítica radical.

Palabras clave: Imperialismo; Guerra; Crisis; Crisis Ecológica; Covid-19.

Abstract

In the article we present an interpretation of the relationship between crises, imperialism, and social critique connecting two distinct historical periods: the period of formulation of the classical theory of imperialism and the current period. Our objective was to understand how Marxism responded to the crisis that led to World War I and how this response could serve to face our current impasses. We emphasize that the Covid-19 pandemic, the climate emergency, and imperialist tensions are intertwined dimensions of the contemporary crisis of capital, whose parallel with the historical process experienced by Marxism at the beginning of the last century must be found in the imminence of barbarism and the need for radical criticism.

Keywords: Imperialism; War; Crisis; Ecological Crisis; Covid-19.

Introdução

Crises são momentos históricos ímpares. São momentos em que as contradições se aguçam e se tornam mais visíveis, em que o campo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e de uma ação transformadora se alargam. São, por isso, momentos que devem ser examinados (e aproveitados) muito cuidadosamente. Sobretudo, porque sua “resolução” nunca é óbvia: até hoje, o capitalismo, a despeito de suas inúmeras crises, pôde se reformar e se manter.

Marx, durante seu tempo de vida, teve a oportunidade de ver (e acreditar) em possibilidades abertas por diferentes crises. De fato, segundo Musto (2011, p. 43), “Marx estava convencido, no outono de 1850, de que [uma revolução] não aconteceria sem uma nova crise mundial”. Não casualmente, após seu exílio em Londres, Marx se dedicou com afinco ao estudo da influência da crise comercial sobre as Revoluções de 1848, ao mesmo tempo em que nutria fortes expectativas de que uma nova crise criasse condições para outra ascensão dos movimentos revolucionários. É nesse sentido que se pode compreender por que, novamente de acordo



com Musto (2011, p. 42), a “crise econômica adquiriu uma importância fundamental em seu pensamento, não apenas economicamente, mas também sociológica e politicamente”.

A despeito das esperanças marxianas, em todos os casos vivenciados pelo autor a conservação venceu a revolução. Mas a conservação do modo de produção capitalista nunca significou sua imutabilidade, ao contrário, deu vazão a transformações estruturais em sua própria dinâmica. Assim, na esteira de uma longa e peculiar crise, iniciada ainda durante o tempo de vida de Marx e normalmente referida como a Grande Depressão do século XIX, tendências historicamente novas puseram a humanidade na rota da “Marcha da insensatez” da Grande Guerra – para usar a expressão que Mazzucchelli (2009) tomou de Barbara Tuchman –, uma guerra que transformaria as guerras e a paz.

Depois de termos experimentado toda a violência do último século, falar hoje na Primeira Guerra Mundial pode parecer uma trivialidade histórica. Na realidade, como atesta Hobsbawm (2004), tratou-se de um momento decisivo em que a humanidade foi posta defronte às condições da guerra⁴. Ela pôs o conjunto das sociedades envolvidas no conflito diante de um medo real sobre as possibilidades de manutenção das condições de sua vida (ao menos como conhecida até então). E também foi durante os anos em que o mundo, silenciosamente, se preparava para essa guerra que a crítica radical pariu a teoria do imperialismo, ainda sem saber da lamentável perenidade daquilo que observavam.

A teoria clássica do imperialismo viu nas transformações do modo de produção capitalista o prenúncio da Revolução. Não sem razão. A Primeira Guerra Mundial só eclodiu de fato no ano de 1914, mas em seu período de incubação, permitiu o despertar de uma consciência crítica e de uma ação revolucionária que encontram eco na Revolução Russa de 1917 e nas esperanças que ela, em seus primeiros atos, trouxe consigo.

A história do século XX mostraria, entretanto, que a capacidade de “se adaptar para continuar o mesmo” do modo de produção capitalista estava

⁴ “[...] antes do século XX, guerras envolvendo toda a sociedade eram excepcionais. Jane Austen escreveu seus romances durante as Guerras Napoleônicas, mas nenhum leitor que não saiba disso o imaginaria, pois as guerras não aparecem em suas páginas, embora um certo número de cavalheiros que passam por essas páginas indubitavelmente tenham tomado parte nelas. É inconcebível que qualquer romancista pudesse escrever assim sobre a Grã-Bretanha nas guerras do século XX” (HOBSBAWM, 2004, p. 51).



longe de se extinguir com a Grande Guerra. Nenhuma revolução mundial se tornou vitoriosa. A dinâmica autoexpansiva do capital continuou a reger a humanidade enquanto o capital ampliava (extensiva e intensivamente) seus domínios por todo globo. O pós (segunda) guerra pôs novamente em pauta o medo existencial para a espécie humana, com a ameaça da guerra nuclear, mas, ao contrário do que imaginavam as previsões mais catastrofistas, foi a “simples expansão” das atividades econômicas que transformaram esse medo numa possibilidade bem mais concreta com a crise ecológica hoje vista a olhos nus. Se é verdade que o capital sempre se orientou pelo mercado mundial, como percebido por Marx e ostensivamente mostrado por Pradella (2013; 2015), é verdade também que o período que separa a crise que nos conduziu à Grande Guerra e a contemporaneidade assistiu um vertiginoso aumento de seu controle em todo o mundo, testemunhando sua penetração em cada canto, sempre acompanhada da degradação ambiental e da naturalização do produção e do consumo perdulários – enfim, produzindo os efeitos que nos levam à crise contemporânea.

Com relação à crise atual, os paralelos com o momento histórico que antecede a Primeira Guerra não são descabidos: a começar pelo fato de que ela não era imprevisível. Pelo menos desde a década de 1970, e notadamente desde os trabalhos de Georgescu-Roegen, sua chegada era anunciada, embora não tenham sido, nesse caso, os marxistas os mais bem dispostos a enxergar sua profundidade imediata – talvez em virtude da trincheira, por assim dizer, em que foram postos pelo stalinismo, de um lado, e pelo macarthismo, de outro.

O presente artigo busca examinar a relação entre a crise mundial, o desenvolvimento do imperialismo e as possibilidades abertas à transformação social em dois momentos críticos. No primeiro deles, o da crise que culminou com a Primeira Guerra Mundial, o capitalismo em uma convulsão juvenil, como hoje talvez se possa chamá-la, supressumiu sua crise, sem eliminar as contradições em sua base, dando força à força, criando o sistema imperialista por nós hoje conhecido e coroando, às custas da humanidade, o domínio do grande capital e a hegemonia estadunidense. O imperialismo, encabeçado pela ação dos Estados Unidos, de seu séquito dos demais países desenvolvidos e das ávidas classes dominantes dos países dependentes, gestou a crise atual – cujas proporções colocam em xeque mesmo as dúvidas pessimistas que ainda restavam sobre a *barbárie* que nos aguardaria caso a Revolução não sobreviesse. No segundo momento crítico, aquele em que vivemos, a crise mantém suas “dimensões econômicas e



(geo)políticas”, a tensão bélica, o desrespeito à vida daqueles mais diretamente afetados pela ação do grande capital e dos interesses geopolíticos e a desconsideração com as condições de vida da massa do povo (sobretudo dos que vivem em países dependentes), mas acrescenta, com tons de dramaticidade, uma “dimensão ecológica” que evidencia novamente a necessidade de superação do capitalismo sob pena de inviabilizar nossa própria existência.

Nas próximas páginas, tentaremos abordar este conjunto complexo de questões. Na seção 1, que se segue, tentamos delinear argumentos da teoria clássica do imperialismo que nos permitem enxergar paralelos históricos entre a crise que marcou o momento de sua produção e a crise contemporânea. Na seção seguinte, mostramos, contudo, que a crise que vivemos hoje nos põe diante de dilemas inteiramente novos, sem paralelos. O artigo se conclui com uma breve discussão sobre a necessidade contundente de agir não apenas contra os sintomas, mas contra a causa última desta e daquela crise: a própria dinâmica societária em que estamos enredados.

1. Paralelos históricos: a teoria clássica do imperialismo diante de sua crise e a crise atual

A crise diante da qual se viram os teóricos marxistas na virada do século XIX para o século XX não podia ser capturada em termos exclusivamente econômicos. Nos termos em que o debate foi formulado, havia, sem dúvida, uma influência das teorias das crises elaboradas sobre bases marxistas – da queda tendencial da taxa de lucro, a desproporção entre a produção nos departamentos I e II e entre a produção e a demanda tendencial da sociedade como um todo, especialmente à luz das múltiplas funções e determinações adquiridas pelo dinheiro no curso do desenvolvimento capitalista.

Não obstante, sua influência foi percebida, em seus melhores teóricos, como elemento de uma crise que se apresentava mais ampla. Como observado por Sampaio Jr., a propósito da obra de Lênin:

Ao contrário dos teóricos marxistas que identificavam o fim do capitalismo com o seu desmoronamento econômico, provocado pela tendência decrescente da taxa de lucro, na teoria do imperialismo de Lênin a agonia do capitalismo não decorre de sua inviabilidade econômica, mas, paradoxalmente,



exatamente de seu oposto: a impossibilidade de impor limites à reprodução ampliada do capital e atenuar seus efeitos perversos sobre a sociedade (SAMPAIO JÚNIOR, 2011, p. 47).

Como percebido por Lênin, a crise da acumulação capitalista engendrara transformações inevitáveis no modo de produção capitalista e tinham sido essas transformações que tinham posto em pauta a própria Guerra que se avizinhava em 1914. O conjunto de contribuições delineado para capturar essas tendências e explicar o por que da guerra pode ser chamado de teoria clássica do imperialismo e contou com muitas e diversas contribuições. Evidentemente todos partiam da tendência expansiva do capital, já capturada por Marx, mas ao mesmo tempo reconheciam nos dilemas de seu tempo características novas, cuja observação matizava a tendência geral e explicava como a crise adquiria contornos, não apenas econômicos, mas políticos, geopolíticos e bélicos e, sobretudo, humanos e civilizatórios.

1.1. Tendência expansiva da dinâmica capitalista e o debate clássico sobre o imperialismo: regiões agrícolas, destruição das “economias naturais” e partilha do mundo

Não há dúvidas de que Marx identificou na dinâmica capitalista uma tendência necessariamente expansiva. Os exemplos a esse respeito são por demais abundantes para inventariá-los aqui. Por exemplo, ainda no *Manifesto*, Marx e Engels (2010, p. 44) sugeriram que as relações de produção capitalistas possibilitavam à burguesia criar “um mundo à sua imagem e semelhança”. Já em *O capital*, Marx (2013, p. 230; p. 228) identifica, desde o primeiro momento, o capital como um “sujeito automático” e seu movimento como “desmedido”, para ficar apenas em alguns exemplos bastante conhecidos.

Um ponto um pouco mais complexo diz respeito ao modo como parte da teoria marxista viria a se servir dessa percepção marxiana, entendendo-a como um movimento de irradiação do(s) capitalismo(s) nacionalmente sediado(s) ao mundo não capitalista – aquilo que Pradella (2013) classifica como um exercício de *nacionalismo metodológico*. Pradella argumenta, coerentemente, que tal perspectiva comum à teoria clássica do imperialismo contradiz a percepção totalizante do pensamento marxiano, radicada desde o princípio no mercado mundial como instância em que se desenvolve o capitalismo.



Entretanto, ao menos em parte, é possível compreender por que procederam desta forma os teóricos do imperialismo, conforme ganhava importância naquela quadra histórica a formação de novos impérios – e de novo tipo – pela anexação territorial forçada, hoje conhecida como neocolonialismo. Saltou, assim, ao primeiro plano das necessidades explicar a lógica deste movimento, conectando-a com a dinâmica das transformações do modo produção capitalista.

Compreende-se desse modo por que Kautsky (2002) tratou do imperialismo como uma política que girava em torno da apropriação de territórios agrícolas. Como bem apontado por Lênin, essa definição do problema era imprecisa porque impedia ver com clareza as disputas por territórios não coloniais como uma disputa imperialista – ao mesmo tempo em que colocava quaisquer disputas por territórios agrícolas como potencialmente imperialistas. Mas mesmo a imprecisão do diagnóstico de Kautsky nos permite entrever/enfatizar um aspecto que de outro modo poderia ficar obscurecido: o de que os valores de uso envolvidos na conformação do império do capital importam. Lênin (2008) tem razão ao lembrar que a disputa pela partilha territorial não gira em torno tão somente disso, mas, ainda assim, essa dimensão captura algo do movimento real particularmente importante para compreender o modo como as possessões coloniais serão incorporadas à lógica da produção capitalista neste momento.

Por motivos diversos, a subordinação de todo o mundo ao capital também pauta a contribuição teórica de Rosa Luxemburgo (1976), mas ganha ali contornos ainda mais especiais. Sua descrição acerca da destruição das “economias naturais” é mais colorida e localiza teoricamente tanto a necessidade do capital desses territórios não capitalistas quanto o modo como estes serão transformados de acordo com a lógica própria à produção capitalista. Um elemento importante desta percepção de Luxemburgo é que, ao contrário do que algumas descrições fazem crer, não se trata aqui meramente de “sociedades pré-capitalistas”, mas da destruição de todos os pontos não capitalistas residuais no mundo. Trata-se da destruição de toda razão não orientada pelo valor em favor desta. É verdade que em sua dialética entre o “externo” e o “interno” ao capitalismo também havia problemas. O “externo” ao capitalismo tinha, já naquele momento, algo de fictício. Sua necessidade, ao mesmo tempo, estava impregnada de certo fatalismo, uma vez que o próprio movimento do capital tendia a extinguir essas esferas externas, tornando impossível a reprodução do capital.



Partindo das considerações de Hilferding sobre o aumento de importância dos territórios econômicos, Lênin chega à noção de que o imperialismo envolvia a partilha do mundo pelo grande capital e pelas potências imperialistas, que agiam em defesa de seus capitalistas nacionais. Conforme erguiam-se barreiras ao comércio, na conformação do grande capital, dos trustes e cartéis monopolistas, a exportação de capital e o uso da violência tornavam-se mais prementes. A maior precisão de Lênin nessa matéria se torna particularmente relevante para enxergar as disputas interimperialistas, que envolviam não só a partilha, mas a possibilidade de repartilhas do mundo.

1.2. Tensões geopolíticas

Uma contribuição das teorias clássicas do imperialismo é apresentar as tensões geopolíticas, o caminho para a guerra e a própria guerra como expressões de uma certa articulação entre capitais e Estados nacionais. Rosa Luxemburgo, com a vinculação entre militarismo, protecionismo e acumulação de capital, Bukharin, com a explicação sobre os trustes capitalistas nacionais, e Lênin, com a vinculação entre exportações de capitais e partilha territorial do mundo, nos parecem fornecer chaves explicativas interessantes para refletirmos sobre a atual crise no imperialismo.

Lênin foi o último desses autores a teorizar sobre o imperialismo, no auge da Primeira Guerra, tendo conseguido evidenciar as contradições da fase em que o capitalismo ingressara algumas décadas antes (FONTES, 2007, p. 55). É bem conhecida a passagem na qual Lênin (2008, p. 23) mostra que os monopólios e cartéis “passam a ser uma das bases de toda a vida econômica”, tanto na esfera financeira quanto na esfera industrial. Para ilustrar a tese de que nos setores mais intensivos em tecnologia a partilha do mundo entre os capitalistas começava a ser vista no período que antecede à guerra, Lênin põe alguns exemplos e mostra como se desenvolveu a partilha do mundo, desde extração de matéria prima até busca de mercado consumidor. No caso da indústria de energia elétrica, um dos exemplos listados e que convém ser reproduzido aqui porque se tratava de uma das indústrias mais avançadas do ponto de vista da sua base técnica, essa



partilha ocorria entre dois grandes trustes transnacionais⁵, que, na prática, enfatiza Lênin (2008, p. 69), agiam como se fossem um único truste, colocando uma barreira enorme à concorrência.

Esse ponto de Lênin é muito semelhante ao de Bukharin (1988, p. 111-112) que, ao discutir o processo de concentração e centralização em escala mundial, definiu truste capitalista nacional como as formações econômicas que ocorrem quando “a economia do país transforma-se em gigantesco truste combinado, cujos acionistas são os grupos financeiros e o Estado”. Quando se atinge esse ponto, “nos limites das economias nacionais, a concorrência reduz-se ao mínimo, para avultar, fora desses limites, em proporções fantásticas, desconhecidas em épocas anteriores”, impulsionando tensões geopolíticas entre “corpos econômicos gigantescos, coerentes e organizados, armados de enorme faculdade de combate”. Bukharin está descrevendo traços do modo pelo qual o capitalismo da época supressumiu sua crise, os quais seriam incorporados na obra de Lênin (2008) como o processo de partilha entre as associações de capitalistas e, daí, partilha entre os Estados. Diz o autor que, “em ligação” com as relações entre os grupos capitalistas, “se estão estabelecendo entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na luta pelo território econômico” (LÊNIN, 2008, p. 75).

A vinculação estabelecida anteriormente entre os trustes capitalistas nacionais e o acirramento explosivo da concorrência entre eles, mediado pela exportação de capitais, produzindo a partilha econômica do mundo e, então, exasperando as tensões geopolíticas, tem uma intrigante relação com a crise atual. As tentativas empíricas de atualizar, digamos assim, a caracterização do imperialismo oferecida por Lênin, ressaltam que o poder e a influência das corporações transnacionais sobre a produção global é um traço típico do imperialismo atual (ENFU; BAOLIN, 2021; FUCHS, 2010). Além disso, a pandemia de Covid-19 exasperou a articulação produtiva entre

⁵ Ao analisar a indústria de energia elétrica, “a mais típica, do ponto de vista dos últimos progressos da técnica”, Lênin (2008, p. 67) mostra como o processo de desenvolvimento desse setor convergiu até criar dois grandes trustes transnacionais: a alemã AEG (*Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft*) e a estadunidense GEC (*General Electric Company*). Em 1907 esses dois trustes acordaram a partilha do mundo, que envolve desde a extração de insumos até o mercado consumidor: GEC responsável por EUA e Canadá; AEG responsável por Alemanha, Áustria, Rússia, Holanda, Dinamarca, Suíça, Turquia e os Bálcãs.



Estados nacionais e seus grandes capitais, com o discurso da “segurança nacional”, amplificando um processo que vem sendo reconhecido pelas organizações multilaterais como realocização industrial e regionalização (ENDERWICK; BUCKLEY, 2020). Por mais que, por estarmos no calor do momento, seja difícil assegurar que essas tendências sejam permanentes, nos parece prudente, pelos paralelos entre as dinâmicas econômicas e geopolíticas do passado e do presente, nos armarmos com certas categorias da crítica do imperialismo clássico.

Mesmo que brevemente, é imprescindível observarmos que Rosa Luxemburgo (1976, p. 392), ainda que em outra chave de leitura, também descortinou a relação que destacamos anteriormente. Nas palavras dela: “o imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar a regiões não capitalistas que não se encontrem ainda dominadas”, de modo que essa luta é enfrentada para “encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para seu mais-valor”⁶. A contradição do imperialismo, para ela, é o fato de que quanto mais rapidamente ele anexe territórios não capitalistas, mais rapidamente caminha para sua destruição. Isto é, “o imperialismo é tanto um método histórico para prolongar a existência do capital, como *um meio seguro para objetivamente pôr um fim a sua existência*” (idem, p. 392, grifos nossos). Luxemburgo (1976, p. 398) avança com esse argumento indicando que a acumulação capitalista tem dois aspectos distintos, “ligados organicamente pelas condições de reprodução do capital”. Por um lado, a acumulação ocorre onde se produz mais-valor, como “um processo puramente econômico”. A autora afirma que, nesse âmbito da acumulação, que se realiza na fábrica e no mercado, a troca de mercadorias corresponderia à troca de equivalentes. O segundo lado da acumulação do capital se realiza entre o capital e as formas de produção não capitalista, desenrolando-se na base da troca de não equivalentes⁷. “Esse processo desenvolve-se no cenário mundial. Aqui, os métodos são a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra”. A autora evoca a importância do poder político, que é tratado como o “veículo do processo econômico”. Esse movimento histórico, seguindo

⁶ Alteramos deliberadamente a tradução dessa passagem de Rosa Luxemburgo, substituindo “mais-valia” por “mais-valor”.

⁷ Não nos cabe aqui desenvolver esses pontos, mas o argumento de Luxemburgo a respeito da troca de equivalentes e de não equivalentes merece um exame mais aprofundado em outra oportunidade.



com a autora num prognóstico compartilhado por Bukharin (1988) e Lênin (2008), “prepara, em meio a convulsões cada vez mais violentas, sua própria ruína” (LUXEMBURGO, 1976, p. 398).

Poderíamos indicar inúmeros outros argumentos presentes na teoria clássica do imperialismo, de Hilferding a Lênin, que vinculam a superação da crise com o acirramento das tensões geopolíticas e a possibilidade da guerra. Como não é o objetivo deste artigo fazer o levantamento exaustivo desse argumento, nos parece suficiente apontar que a conformação de um mundo “sob permanente tensão”, usando uma expressão de Sampaio Jr. (2011, p. 44), era resultado de dinâmicas objetivas postas pela reprodução do capital em escala mundial. Ou, como diz Bukharin (1988, p. 120), referindo-se à época do imperialismo, “o militarismo é um fenômeno histórico tão típico quanto o capital financeiro”.

Essas constatações foram tão certas a ponto de assistirmos, no imperialismo contemporâneo, ao seguinte paradoxo, bem capturado por Ellen Wood (2014, p. 109): “à medida que a competição econômica foi superando o conflito militar nas relações entre os principais governos, mais os Estados Unidos lutaram para se tornar o poder militar mais esmagadoramente dominante que o mundo já viu”. Por mais que o capitalismo tenha desenvolvido novas mediações entre a reprodução do capital e o militarismo, a necessidade da força militar se multiplicou entre o imperialismo clássico e o imperialismo contemporâneo, cujo motivo, segundo a historiadora canadense, é para que os Estados Unidos assegurassem a “dominação ilimitada de uma economia global e dos múltiplos Estados que a administram” (idem, p. 109).

É por isso que no mundo organizado pela lógica imperialista as tensões se reproduzem crescentemente. Como diz Sampaio Jr., numa formulação a respeito da teoria do imperialismo de Lênin, mas sugestiva para o mundo atual:

qualquer que seja a estratégia que orienta a política do imperialismo – o controle dos mercados, o acesso privilegiado à força de trabalho, o monopólio sobre as fontes de matérias-primas, o açambarcamento das oportunidades de negócios, o domínio das vias de transporte e comunicação, o controle do território – e qualquer que seja a forma assumida da disputa pelo controle da economia mundial – econômica ou política, lícita ou ilícita, pacífica ou violenta –, a luta entre os grandes trustes internacionais impõe uma lógica de dominação que



coloca o mundo sob permanente tensão (SAMPAIO JÚNIOR, 2011, p. 44).

Partindo das transformações da base econômica do capitalismo para chegar ao imperialismo enquanto desdobramento necessário desse modo de produção, uma necessidade violenta e autodestrutiva, a reflexão sobre o *fim do mundo*, pelas lentes das teorias do imperialismo, exige uma crítica radical.

1.3. Vivendo em meio a crises históricas

Não são poucas as tentativas de afirmar a atualidade da teoria clássica do imperialismo ora por sua reafirmação, pura e simples, ora por sua atualização diante dos dilemas contemporâneos. Nesse sentido, talvez seja importante dizer que, em termos abstratos, as preocupações capturadas na teoria do imperialismo – o modo como a expansão das relações de produção capitalistas impôs a generalização da exploração da força de trabalho e da natureza com *animus lucrandi*, a subordinação (direta ou indireta) de nações e a existência de permanentes tensões interimperialistas – continuam atuais e nos ajudam a compreender como chegamos à crise atual. A continuidade do processo de apropriação capitalista, por vias econômicas ou extraeconômicas, de novos territórios, foi documentada por Magdoff (2013). A estruturação da produção capitalista no plano mundial – o que compreende um amplo conjunto de reestruturações ocorrido durante esse século que separa os dois momentos históricos discutidos – também manteve atuantes os diversos mecanismos por meio dos quais parcelas do mais-valor refluem continuamente em direção aos centros imperialistas, como têm demonstrado, por exemplo, os trabalhos de Leite (2017), Suwandi (2019) e Smith (2016). Mesmo as tensões geopolíticas, escamoteadas pela coalizão de interesses das potências imperialistas durante o período do pós-guerra e pelo desnível de poder no período posterior, nunca perderam sua importância dão sinais de que a qualquer momento podem voltar ao primeiro plano (WOOD, 2014; CORRÊA, 2020).

É preciso reconhecer, entretanto, que pintar um retrato do imperialismo contemporâneo, mesmo que apenas estilizado, exigiria mais do que se pode oferecer neste momento. Nesse sentido, pretendemos ressaltar aqui um aspecto bem menos lembrado sobre o paralelo histórico que se pode estabelecer entre o momento de produção da teoria clássica do imperialismo e a contemporaneidade: o de que sua atualidade talvez não



esteja na mera vigência de suas teses, mas em sua urgência para articular uma resposta à crise que o capitalismo representava para toda a humanidade.

Praticamente todo o debate clássico do imperialismo pode ser lido nesse diapasão. Nos parece particularmente profícuo nesse momento, contudo, discutir uma obra em particular à qual já fizemos referência antes: o texto *A crise da social-democracia*, mais conhecido pelo nome de *Brochura de Junius* (LUXEMBURGO, 2011). Sob o pseudônimo “Junius”, Luxemburgo redigiu esse material na prisão ainda em 1915 (apesar de sua publicação só ter sido possível no ano posterior), buscando analisar criticamente a ação do Partido Social-Democrata alemão e as circunstâncias que nos haviam conduzido a uma “guerra fratricida” do proletariado. Ali, desde o início, Luxemburgo reconhece a guerra como um divisor de águas:

Uma coisa é certa: a guerra mundial representa uma guinada para o mundo. É uma ilusão insensata imaginar que precisamos apenas sobreviver à guerra, como um coelho esperando o fim da tempestade debaixo de um arbusto, para em seguida recair alegremente na velha rotina. A guerra mundial mudou as condições da nossa luta e mudou sobretudo a nós mesmos. Não é que tenham mudado ou se amenizado as leis fundamentais do desenvolvimento capitalista, da guerra de vida e morte entre capital e trabalho. Mas agora, no meio da guerra, caem as máscaras e os velhos rostos conhecidos troçam de nós. Mas a erupção do vulcão imperialista deu um poderoso empurrão ao ritmo do desenvolvimento; a violência dos conflitos no interior da sociedade, a enormidade das tarefas que se apresentam de imediato ao proletariado socialista fazem com que tudo que ocorreu até hoje na história do movimento operário apareça como um delicioso idílio (LUXEMBURGO, 2011, p. 21).

O fundamental a extrair dessa passagem é que Luxemburgo percebe acuradamente que, qualquer que fosse o desfecho daquela crise, o mundo não voltaria a ser o mesmo. E é precisamente essa percepção que a habilita a resgatar de Engels a famosa disjuntiva entre socialismo e barbárie (idem, p. 29). Daqui podemos também extrair inspiração para pensar a crise presente e os dilemas que põem a nossa frente. Porque, como tentaremos mostrar à frente, não é possível pensar que a vida *será como antes*. Mas tampouco é suficiente raciocinar em termos de “socialismo ou barbárie”: como já



tentamos indicar, um século depois não é exagero pensar que, frente à barbárie consumada, os dilemas são outros.

Ao mesmo tempo, Luxemburgo demonstra ainda grande lucidez ao perceber que aquela crise representava, desde o ponto de vista do capital e de suas classes dominantes, uma *necessidade*. Nesse sentido, ela afirmara que “O imperialismo, com toda a sua brutal violência política, com a cadeia ininterrupta de catástrofes sociais que provoca, é certamente uma necessidade histórica para as classes dominantes do mundo capitalista contemporâneo”, completando o raciocínio com a ideia de que “Nada seria mais desastroso, a partir da atual guerra mundial, do que o proletariado alimentar qualquer ilusão, qualquer esperança na possibilidade de um desenvolvimento idílico e pacífico do capitalismo” (LUXEMBURGO, 2011, p. 139-40). É disso que se trata quando o mundo do capital é posto em questão: tanto a guerra mundial representava para si uma necessidade histórica, quanto a perda de vidas humanas durante a presente crise sanitária e a potencial destruição das condições de vida para grande parte da humanidade continuam a apresentar-se como necessárias diante dos imperativos de valorização.

Em suma, observando as crises política e econômica, Luxemburgo concluiu que a classe trabalhadora tinha a História a seu favor para atacar não os sintomas, mas as causas daquela crise e é essa a noção que hoje é preciso resgatar:

A sangria da matança de junho [de 1848] paralisou por uma década e meia o movimento operário francês. A sangria da carnificina da Comuna [de Paris] fez com que ele recuasse novamente por mais de uma década. O que está acontecendo agora é um massacre de massas como nunca existiu [...] É muito mais que a infame destruição de Liège ou da catedral de Reims. É um atentado, não à cultura burguesa do passado, mas à cultura socialista do futuro, um golpe mortal contra aquela força que traz em seu âmago o futuro da humanidade, a única que pode salvar os preciosos tesouros do passado e transmiti-los a uma sociedade melhor. Aqui o capitalismo mostra sua caveira, aqui ele revela que seu direito histórico à existência acabou, que a continuidade da sua dominação não é mais reconciliável com o progresso da humanidade (LUXEMBURGO, 2011, p. 143-4).



O problema lançado pela teoria clássica do imperialismo reitera sua contemporaneidade ao dar contornos concretos à contradição entre a preservação do capitalismo e a preservação da humanidade. Agora se trata de reconhecer que, se as circunstâncias históricas que projetaram a teoria do imperialismo encontram paralelos históricos com o momento atual, estes não são suficientes para lidar com a agudização das contradições do desenvolvimento capitalista no último século. Se a Guerra Mundial nos deixou frente à bifurcação entre socialismo ou barbárie, hoje devemos compreender que sem a superação do capitalismo já não restarão quaisquer alternativas à humanidade. Mas para entender por quê, vejamos melhor as características da crise que hoje se nos apresenta.

2. Crise sem paralelos: crise estrutural, sanitária e ecológica

Conforme vimos na seção anterior, o aporte das teorias clássicas do imperialismo nos permite rastrear uma série de paralelos importantes entre as convulsões do sistema capitalista do início do século XX e as de agora, do início do século XXI. Já destacamos que momentos convulsivos como esses têm a peculiaridade de fazer aspectos essenciais do funcionamento do todo saltarem com toda evidência à superfície dos fenômenos.

Considerando que, quanto a isso, as semelhanças entre lá e cá já foram razoavelmente mapeadas na seção anterior, nos interessa agora nos voltarmos a um duplo exercício complementar. Primeiro, apontar que, por debaixo da sucessão mais ou menos frequente de episódios convulsivos de um ponto de vista socioeconômico, há uma tendência muito mais persistente e menos oscilante de aprofundamento da demanda material sobre o planeta e, portanto, de destruição ecológica. Segundo, apontar que, além dos paralelos possíveis entre o capitalismo do século XX e o capitalismo contemporâneo, e além das características do sistema que vieram sendo reproduzidas e preservadas ao longo de todo esse tempo, também é possível destacar a emergência de uma série de elementos fundamentalmente novos (seja em escala ou em qualidade), que podem ser mapeados ao investigarmos os encadeamentos entre a crise estrutural do capitalismo, a crise ecológica em curso e a crise sanitária disparada pela pandemia de Covid-19.

De um ponto de vista geral/global, o caráter destrutivo da dinâmica do capital já foi apontado e demonstrado exaustivamente na literatura marxista. Até mesmo a dimensão ecológica dessa destrutibilidade já vem



recebendo atenção razoável há pelo menos um par de décadas. A pandemia de Covid-19, declarada pela OMS no início de 2020, acrescentou mais um foco de atenção à essa crítica ecológica da sociedade capitalista.

Autores como Malm (2020), Wallace (2016; 2020) e Foster & Suwandi (2020) já apresentaram, cada um a seu modo, argumentos sólidos relacionando os vetores mais imediatos da crise sanitária à dinâmica expansionista irrefreável do capital. Antes de recuperar os pontos mais decisivos dessa relação, convém buscar uma maior precisão a respeito dessa dinâmica expansiva.

Não é exagero afirmar que o principal conceito contábil que informa o senso comum a respeito da trajetória de crescimento (ou não) da atividade econômica é o PIB e sua variação periódica (anual, trimestral, 12 meses etc.). Também parece seguro admitir que mesmo no senso comum encontramos concepções a respeito do caráter cíclico da economia, que atravessaria sucessivamente fases que produção e consumo aquecidos, de desaceleração e eventual retração. Paralelamente, o precário histórico recente de crescimento econômico em diversos países centrais (e mesmo em países periféricos) já tem suscitado reflexões a respeito de uma suposta estagnação secular (PRADO, 2015; FOSTER & SUWANDI, 2020).

Levando apenas esses elementos em consideração, temos um quadro em que o caráter destrutivo da dinâmica expansiva do capital encontra-se ainda escondido. No caso do PIB, temos uma métrica que se dirige à forma social da riqueza, ao valor. A dimensão material da riqueza (e portanto das atividades produtivas que a geram) encontra-se aí abstraída. No caso das concepções a respeito do movimento ondulatório da atividade econômica, facilmente se perde de vista que a sucessão de ciclos pode ter direcionalidade. E ainda que não se perca isso de vista, o desempenho concreto das economias poderia levar a crer que essa direcionalidade é, na mais provável das hipóteses, apenas timidamente crescente. Tudo isso posto, será que ainda faz mesmo sentido falar em uma dinâmica expansiva destrutiva persistente?

O próprio Marx (2013; 2017) demonstrou cuidadosamente, especialmente no capítulo 23 do Livro I de *O Capital*, que a acumulação atravessa momentos de aceleração e desaceleração. Se acrescentarmos a isso sua discussão a respeito da superprodução de capital, vemos que a acumulação atravessa inclusive momentos de retração. No entanto, é crucial apontar que todo esse movimento descreve a trajetória da riqueza *enquanto valor*. E conforme sabemos, na sociedade capitalista, a riqueza é valor e valor



de uso. Por isso, importa saber que tipo de movimento a riqueza material descreve em meio às oscilações da riqueza na forma valor.

A maneira mais breve que podemos fazer isso é propondo um curto exercício a respeito do impacto da elevação das forças produtivas sobre a riqueza material e a riqueza na forma valor. Primeiro, lembremos que a elevação das forças produtivas implica uma diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção. Com isso, cai o valor de cada unidade do que é produzido. Pensando apenas nessa unidade, temos que, do ponto de vista do valor, houve uma contração. Do ponto de vista material, nada mudou. A unidade continua sendo produzida, o processo produtivo continua processando os mesmos volumes de matérias primas e materiais auxiliares e gerando os mesmos volumes de resíduos. Apenas tempo de produção é poupado. Já é evidente que o padrão de movimento da riqueza material não acompanha o padrão de movimento da riqueza enquanto valor. Do ponto de vista material, o mesmo objeto útil continua sendo produzido, a demanda material sobre recursos produtivos permanece a mesma e o impacto potencialmente poluente da atividade produtiva permanece o mesmo. Do ponto de vista do valor, tomada apenas a unidade produzida como objeto de análise, houve um recuo.

Desloquemos então nossa atenção da unidade produzida para o *total* de unidades produzidas. Poderia esse total permanecer o mesmo, caso em que o impacto material da produção permaneceria ao menos estacionário? Não. Como o valor da unidade produzida contraiu-se, a produção do mesmo número de unidades de antes implicaria uma soma total de valor menor do que antes. Assim, o capital garante as condições de sua reprodução expandida apenas se aumentar o número de unidades produzidas em proporção tal que compense a queda do valor de cada unidade e permita um aumento da soma total de valor produzida.

Suponhamos, para deixar o exercício mais detalhado, três cenários possíveis: (i) o nível de produção aumenta em proporção tal que garante um crescimento da soma de valor produzida; (ii) o nível de produção aumenta em proporção tal que apenas a mesma soma de antes é garantida; (iii) o nível de produção aumenta, mas em proporção que se revela insuficiente para compensar a queda do valor unitário, de tal modo que a soma total de valor diminui. Note que cada um desses cenários representa, respectivamente, expansão, estacionariedade e contração da riqueza enquanto valor. O que sucede do ponto de vista material? Ora, em todos os casos a produção aumenta. Em todos os casos, portanto, o volume de



objetos úteis produzidos aumenta. A magnitude da demanda material sobre recursos produtivos aumenta. O volume de resíduos da produção aumenta. Ou seja, do ponto de vista material, *o movimento descrito pela produção presidida pelo capital é persistentemente crescente*, ao contrário do padrão de movimento que vemos na dimensão de valor.

A demanda material crescente sobre recursos, biomas e ecossistemas apontada por Malm, Wallace, Foster e Suwandi (e tantos outros) é, assim, muito mais do que mera constatação empírica ou apenas uma compreensão a respeito da *história* do capitalismo. Quando mobilizamos as categorias da crítica da economia política, podemos concluir que a sociedade do capital não pode apresentar outro padrão de pressão/demanda sobre o planeta que não seja esse crescimento intensivo e extensivo.

A dinâmica que acabamos de apresentar sumariamente estrutura a relação entre humanidade e natureza de tal forma que o sociometabolismo correspondente ao capital exaure, desestabiliza, sobrecarrega e destrói a natureza. A crise ecológica é, assim, uma expressão material indissociável do desenvolvimento desta sociedade. Mas de que formas essa relação predatória e essa crise multifacetada se conectam à crise sanitária?

Em uma primeira aproximação, ao menos três tendências aparecem como catalizadoras de episódios epidêmicos: o avanço da fronteira agrícola, a concentração de populações de animais de abate e as grandes concentrações urbanas.

Conforme Wallace (2016; 2020) e Malm (2020) nos mostram, ambientes selvagens são verdadeiros reservatórios de vírus em equilíbrio orgânico com seus hospedeiros. À medida que a devastação do solo provocada pela agropecuária capitalista vai exigindo a abertura de novas áreas de cultivo ou de pasto, a área de contato entre populações humanas e populações de animais silvestres se amplia e se torna mais porosa. Com isso, o risco de zoonoses aumenta na proporção direta em que esse contato se torna mais frequente. E uma vez ocorridas as zoonoses, é possível que o vírus provoque a doença no novo hospedeiro, seja ele um ser humano, um animal doméstico ou um animal criado para abate.

Isso nos leva ao segundo ponto, pois mesmo nos (cada vez mais raros) casos em que a atividade tem caráter extensivo, a homogeneização genética que interessa à exploração econômica desses animais deixa essas populações mais vulneráveis à rápida disseminação de doenças quando um vírus eventualmente realiza o salto de um hospedeiro silvestre. Ocorrido isso, o risco de que seres humanos venham a ser infectados aumenta ainda mais,



já que não estamos mais falando aqui de uma fronteira entre ambientes selvagens e assentamentos humanos. Estamos falando de espaços de produção em que, por mais elevado que seja o nível de produtividade, circulam trabalhadores. Dependendo das circunstâncias específicas, esses trabalhadores podem ter que se deslocar diariamente por pequenas distâncias entre o local de trabalho e um pequeno centro urbano. Mas igualmente podem ter que se deslocar por grandes distâncias, em grandes centros urbanos e em transportes públicos lotados. De qualquer forma, quando o surto de alguma doença se espalha de maneira fulminante por algum rebanho, os trabalhadores em contato com a população doente tornam-se vetores potenciais de transmissão para populações humanas aglomeradas em cidades.

Chegamos enfim ao terceiro ponto. Dependendo do mecanismo de contágio, a proximidade física entre indivíduos infectados e não infectados é variável-chave. Ao menos três características de grandes centros urbanos os tornam “roteadores” poderosos para disseminação de epidemias: aglomerações, grandes distâncias que precisam ser percorridas rotineiramente e velocidade de deslocamento.

O que temos aqui são traços do capitalismo contemporâneo que operam no sentido de elevar o risco de surtos de viroses e da transição de surtos a epidemias. Na medida em que a expansão da fronteira agrícola não é um mero desvio do curso normal – ou simples efeito colateral de políticas públicas mal concebidas, ou de leis frouxas –, a maneira como ela integra tais processos geradores de zoonoses, surtos e epidemias pode (e deve) ser rastreada à lógica mais essencial de funcionamento do sistema. Na medida em que a homogeneização genética de rebanhos é fruto direto de práticas de controle dos custos e impulsionamento de receitas, o papel que desempenha na eclosão de eventos epidêmicos deve ser rastreado à lógica mais essencial de funcionamento do sistema. E na medida em que a separação entre cidade e campo é a paisagem “natural” do mundo moldado à imagem e semelhança do capital, o manancial de condições propícias para epidemias que existe nos grandes centros urbanos deve ter sua existência rastreada à lógica mais essencial de funcionamento do sistema.

2.1. Tendências impulsionadoras

Os três pontos que acabamos de percorrer conformam um conjunto de condições propícias para o surgimento e disseminação local de doenças



em humanos. Todavia, a articulação entre as crises estrutural, ecológica e sanitária não se limita a eles. Fazemos novamente esse percurso do econômico ao sanitário, passando pelo ecológico, de modo a mapear, mais do que condições propícias, impulsionadores importantes dessas crises.

A reflexão marxista a respeito das crises econômicas comporta algumas perspectivas diversas, nem sempre facilmente conciliáveis entre si. Em meio a essa variedade, no entanto, duas concepções parecem estar sempre presentes. Por um lado, o reconhecimento de que as condições para a crise são gestadas no período de vigorosa acumulação e de que as condições para a retomada são gestadas na crise. Ou seja, o reconhecimento de um movimento cíclico. Por outro lado, a ideia de que o modo de produção capitalista é tremendamente plástico e tem-se demonstrado capaz contornar barreiras, absorver resistências e abafar contradições para preservar-se como essencialmente o mesmo.

Sem discordar dessas concepções, precisamos acrescentar dois detalhamentos. Primeiro, que o movimento cíclico não é senoidal. A sucessão de ondas pode, por exemplo, descrever uma direção crescente ou decrescente. A amplitude das ondas pode aumentar ou diminuir de maneira mais ou menos imprevisível. Ou pode aumentar ou diminuir progressivamente. Enfim, do correto reconhecimento do caráter cíclico – e de que uma fase cria as condições para a fase seguinte – não podemos concluir que há necessariamente algum tipo de eterno retorno à fase de bonança. Não podemos nem mesmo concluir que a *possibilidade* de retorno à fase de bonança é preservada indefinidamente.

Segundo, que a plasticidade da sociedade presidida pelo capital não é ilimitada. Não podemos concluir que qualquer barreira é ultrapassável dentro dos parâmetros reprodutivos do capital. Ademais, à medida que se modifica para permanecer o mesmo, o capitalismo deixa para trás as configurações que se tornaram inviáveis; i.e. configurações para as quais ele não pode retornar. Impossível não lembrar aqui das personagens de Meryl Streep e Goldie Hawn no filme *A morte lhe cai bem* (1992). Embora imortais, elas se deterioram à medida que precisam fazer intervenções para se preservarem. O exercício da plasticidade explora novas configurações possíveis, mas esgota as anteriores. Em outros termos, à medida que se modifica para permanecer o mesmo, as alternativas reprodutivas do capital tornam-se cada vez mais estreitas. O exercício da plasticidade o enrijece.

Feitos esses dois acréscimos, percebemos que o caráter cíclico da sociedade capitalista é perfeitamente compatível com um movimento



ondulatório de frequência crescente e/ou que tenha picos cada vez menores e vales cada vez mais profundos. E percebemos que seu caráter plástico é perfeitamente compatível com um estágio de desenvolvimento em que as contradições fundamentais do sistema atinjam um ponto de clímax. Esse é precisamente o quadro daquilo que viemos chamando de crise estrutural.

O tema da crise estrutural é muito cercado de controvérsia e frequentemente confundido com o tema de um suposto colapso iminente da sociedade capitalista ou de uma suposta obsolescência da lei do valor, ou de uma suposta obsolescência do legado teórico marxista para compreender esta realidade. Não nos remetemos a nada dessa natureza. Aludimos aqui à contradição fundamental do sistema, que impele o desenvolvimento absoluto das forças produtivas (tornando o trabalho vivo crescentemente supérfluo) ao mesmo tempo em que mantém o trabalho como fundamento da forma social da riqueza, o valor.

No desenvolvimento histórico da sociedade capitalista, essa contradição é "resolvida" num sentido adequado à acumulação do capital. Conforme sabemos, contudo, essa "resolução" não extingue a contradição, mas a desloca para um nível de tensão ainda mais elevado. Concretamente, nos defrontamos com o fato de que o desenvolvimento absoluto das forças produtivas, impelido pela lógica do mais-valor relativo, torna o trabalho humano relativamente supérfluo. Isso, a princípio, poderia significar um entrave à acumulação, dado que o trabalho é a substância do valor. Esse percalço, Marx nos mostra, é espontaneamente contornado porque o crescimento da escala e escopo de operações do capital garante uma expansão de sua capacidade de absorver mais-trabalho, mesmo em meio ao recuo proporcional da presença do trabalho vivo no processo produtivo.

Podemos também recuperar uma intuição importante das teorias clássicas do imperialismo e sublinhar que esse mecanismo de resolução da contradição se manifesta concretamente como um espraiamento do capital pelo mundo – tanto em um sentido espacial/geográfico quanto em um sentido puramente social, com a penetração da lógica do capital em todas as frestas da vida cotidiana.

Todavia, o próprio Marx já nos antecipa duas questões sensíveis: por um lado, essa dinâmica cega de elevação das forças produtivas garante, por si só, que os novos ramos de produção que surgem no curso de alastramento do capital já entrem em cena, tendencialmente, com uma capacidade diminuída de absorver trabalho vivo. Esse capital novo emprega proporcionalmente menos. Além disso, por outro lado, mesmo o aparato



produtivo já em operação chega ao fim de sua vida útil, quando é substituído por um novo, de maior produtividade, desempregando trabalhadores antes empregados.

Marx nos apresenta esse raciocínio dando uma ênfase muito maior aos impactos desses movimentos sobre a classe trabalhadora. Mas não é difícil perceber que esses mesmos movimentos descrevem uma espécie de mecanismo de compensação que tende ao esgotamento. Quanto mais o capital prescinde do trabalho vivo no processo produtivo, maior deve ser a escala e o escopo da acumulação para garantir as condições de extração crescente de mais-trabalho.

Mais uma vez nos voltando ao tema do imperialismo, também localizamos tendências a esgotamento. Do ponto de vista espacial/geográfico, quanto mais o capital lança seus tentáculos sobre o planeta, menos rincões inexplorados restam para serem colonizados. Do ponto de vista social, quanto mais a lógica da produção mercantil se instala em (e se apodera de) todos os momentos da vida em sociedade, menos momentos permanecem ainda intocados.

Neste ponto, é decisivo perceber que o paulatino esgotamento desse mecanismo de compensação não põe um freio ao movimento como um todo. Antes, o contrário: a busca pela compensação da ausência *relativamente* crescente do trabalho vivo por meio da aceleração da sucção de trabalho vivo ocorre (e precisa ocorrer) de maneira ainda mais intensa, abrangente e ensandecida.

Há um paralelo interessante que pode ser traçado aqui com uma estrela moribunda. De maneira muito esquemática, se tomarmos uma estrela como o nosso sol de exemplo, sabemos que eventualmente a fusão termonuclear que ocorre no interior do astro irá exaurir completamente seu combustível principal, o hidrogênio. Com o esgotamento da pressão para fora gerada pela fusão de hidrogênio em hélio, a pressão para dentro eventualmente eleva a temperatura ao nível em que passa a ocorrer a fusão de hélio em carbono. Como resultado, a pressão para fora gerada por esse novo estágio faz com que a estrela alcance um tamanho centenas de vezes maior que seu tamanho original. Temos aqui o ponto adequado para a analogia. De modo semelhante à estrela moribunda, a sociedade capitalista atinge seu alcance mais abrangente e profundo (tanto espacial quanto socialmente) quanto mais cronicamente incapaz se torna de "queimar" seu combustível principal, o trabalho humano. Colocando em outros termos, o



metabolismo social correspondente ao capital parece mais totalizante e incontornável precisamente em seu estágio mais senil.

Concretamente, isso se manifesta de diversas formas. Duas delas são emblemáticas para compreendermos a articulação entre crise estrutural, propensão a crises sanitárias e crise ecológica: a densa rede de longuíssimas cadeias de suprimento que se espalha por todo o globo e a hipertrofia dos circuitos de valorização do capital fictício.

Conforme nos dizem Foster e Suwandi (2020, p. 545):

Essas cadeias de mercadorias conformam os principais circuitos materiais do capital globalmente, que constituem o fenômeno do imperialismo tardio identificado com a ascensão generalizada do capital monopolista-financeiro. Nesse sistema, rendas imperiais exorbitantes advindas do controle da produção global são obtidas não apenas pela *arbitragem global de trabalho* – pela qual corporações multinacionais com matrizes no centro do sistema sobreexploram o trabalho industrial na periferia – mas, crescentemente, também pela *arbitragem global de terra* – na qual multinacionais do agronegócio expropriam terra barata (e trabalho) no Sul Global para produzir culturas exportáveis principalmente para o Norte Global.

O operador-chave, aqui, é a palavra *material*. Frequentemente, na pesquisa e no debate a respeito da globalização, a dimensão abstrata da riqueza e do movimento do capital é enfatizada. Raramente damos a devida atenção à contrapartida desse movimento em termos de recursos florestais, hídricos, minerais, químicos etc.

Neste ponto, usamos o termo "recursos" para nos referirmos a elementos da natureza não apenas porque esse é o uso corrente no senso comum, mas porque ele indica claramente a maneira como o capital organiza uma relação específica entre humanidade e natureza: uma relação de apropriação instrumental. Dessa forma, além de deixarmos evidentes as pressões de exaustão de recursos importantes por todo o planeta que são geradas pelo processo de globalização em sua dimensão material, também reunimos elementos para uma aproximação mais sistêmica à mesma questão. Para tal, nos aproveitamos das contribuições do próprio Foster (2005).

A recuperação que o autor faz da discussão marxiana a respeito da ruptura do metabolismo entre humanidade e natureza que marca a



sociedade capitalista tem um sentido muito preciso. Trata-se da disrupção do ciclo nutriente do solo provocada pela separação espacial entre cidade e campo e que provoca a destruição das condições de fertilidade do solo, por um lado, e a produção de um fluxo constante e crescente de poluição nas cidades (a princípio), por outro. No caso em pauta, por outro lado, estamos falando de um processo que eleva essa separação a escalas globais e a ruptura à máxima potência. Não é só a fertilidade da terra que é exaurida. São biomas, espécies e ecossistemas inteiros. Não são só os grandes centros urbanos que são soterrados por poluição. São rios, mares e oceanos, é o próprio campo, são reservas hídricas subterrâneas, é a própria atmosfera.

O imperialismo que nos defronta hoje, portanto, não apenas é acelerado pelos requisitos cada vez mais exigentes para a reprodução de um capitalismo moribundo. Ele aprofunda e acelera também as tendências destrutivas que geram e aceleram a crise ecológica.

Além disso, fica evidente que a hiperconexão material das atividades produtivas – fazendo com que a produção de uma mercadoria simples percorra inúmeros cantos do globo – opera como uma poderosíssima correia de transmissão de micro-organismos causadores de patologias ou dos próprios portadores dessas patologias. Dito de outro modo, opera como uma força que aumenta a probabilidade de conversão de surtos ou epidemias em pandemias.

Dissemos há pouco que duas manifestações importantes podem ser enfatizadas neste momento do texto. A primeira, relativa à globalização, nos indica que, a aparência natural, incontornável e incontestável da sociedade capitalista é, na verdade, sintoma de sua senilidade. E que essa senilidade, ao contrário de moderar o apetite destrutivo do capital, o acelera. Passemos agora à segunda, relativa à hipertrofia da lógica de valorização do capital fictício.

A rigor, o argumento até aqui apresentado a respeito da crise estrutural acrescenta pouco ao que o próprio Marx já havia demonstrado em *O Capital*. No Livro III, na exposição da tendência à queda da taxa de lucro e da superacumulação de capital, vemos que, no curso de seu desenvolvimento, o capital se depara com requisitos cada vez mais exigentes para garantir as condições de sua própria valorização. O que acrescentamos aqui foi o aprofundamento dessas dificuldades ao nível em que a crise se torna (sem excluir a possibilidade de oscilações) crônica.

Diante de uma capacidade permanentemente deprimida de garantir as condições da acumulação na base de mais-valor produzido, o capital



desloca o eixo dinâmico de sua acumulação para o futuro. Ou seja, passa a ser cada vez mais fundamental a lógica de reprodução (expandida) do capital fictício. Vale alertar que isso não significa que não tenha havido antes outros momentos de hipertrofia da esfera financeira, até hoje sempre sucedidos por períodos de retorno a uma dinâmica protagonizada pelo capital realmente atuante. O que é realmente específico desse momento não é seu ineditismo, mas sua natureza irreversível. Dito de outra forma, o atual protagonismo da lógica financeira tende apenas a aprofundar-se.

Assim, entre as várias peculiaridades da categoria *capital fictício*, nos interessa sublinhar uma em particular. O capital fictício consiste em um título de apropriação sobre a riqueza social que depende fundamentalmente do fluxo esperado de mais-valor *futuro*, não do valor e mais-valor *já produzidos*. Do ponto de vista ecológico, duas consequências sobressaem. Primeiro, essa riqueza fictícia será tão mais segura quanto mais a expectativa em relação a tal fluxo futuro estiver próxima de ser satisfeita ao longo do tempo. Isso, claro, inscreve no movimento geral do sistema um imperativo adicional a determinar a compulsão pelo crescimento. Não é só o objetivo da acumulação que é frustrado se o crescimento não for suficiente para realimentar a lógica do capital fictício. É também toda uma fração da "riqueza" presente lastreada nesse tipo de capital que evapora quando sua base real não se confirma concretamente.

Isso nos leva à segunda consequência. Embora o capital fictício remeta a mais-valor futuro (que pode ser produzido *ou não*, dependendo das circunstâncias), ele comanda poder de compra no presente. Sendo assim, a expansão, a qualquer momento, da capacidade de consumo da sociedade é, ao menos em parte, garantida pela expansão do capital fictício⁸. Num sentido muito literal, isso permite à humanidade antecipar consumo, tanto produtivo quanto improdutivo. Colocando esse raciocínio numa chave material, é como se estivéssemos consumindo nosso futuro.

2.2. Erosão das já precárias possibilidades de resposta

Aproveitando a discussão sobre o protagonismo irreversível da lógica do capital fictício, podemos dirigir nossa atenção para uma terceira dimensão da articulação entre as crises estrutural, sanitária e ecológica. Já

⁸ Para uma discussão de maior fôlego sobre capital fictício e a questão ecológica, cf. SOARES, 2021.



tratamos de alguns determinantes originadores e acabamos de abordar determinantes aceleradores. Passemos à análise de como as tendências por trás da crise estrutural fazem com que a humanidade esteja cada vez mais mal equipada para lidar com eventos de crise sanitária e com a crise ecológica.

À medida em que as condições de extração de mais-trabalho se tornam cada vez mais rarefeitas em proporção à magnitude do capital que precisa ser valorizado, o metabolismo geral do sistema precisa encontrar meios de garantir que essas condições estejam atendidas. Isso, por um lado, impele à fuga para o capital fictício, como vimos. Tal fuga cria, além do que já vimos, restrições monumentais para que a humanidade realize as transformações que seriam necessárias para suspender nossa influência ecológica disruptiva.

Entre as transições necessárias (energética, agrícola, urbana, industrial etc.), a que parece ser mais urgente e estar mais ao alcance é a energética. A transição energética seria uma contribuição substantiva para a descarbonização das atividades humanas e envolveria, necessariamente, a eliminação virtualmente completa (e de maneira relativamente abrupta) do nosso consumo de combustíveis fósseis. Pensando numa linha política extremamente moderada, isso implicaria, *no mínimo* (e mesmo assim insuficiente), a não exploração de reservas já conhecidas de petróleo, gás e carvão. Todavia, cumpre lembrar que, embora ainda não exploradas materialmente, essas reservas *já circulam no presente como capital fictício*. Mais uma vez, um veto global à sua exploração implicaria o desaparecimento súbito de trilhões de dólares em ativos financeiros. Algo dessa natureza, evidentemente, não é tolerável por um sistema cujas engrenagens giram apenas se estiverem azeitadas por volumes cada vez mais colossais de capital fictício (SÁ BARRETO, 2020).

Mas a própria fuga para o capital fictício reforça, por outro lado, a necessidade de uma "saída" paralela: garantir a qualquer custo que *todas* as oportunidades de extração de mais-trabalho ainda fora do alcance do capital *sejam colocadas ao alcance do capital*.

A obsessão por privatizar patrimônio público pode ser compreendida nesse registro. A obsessão por desregulamentar os movimentos do capital fictício na economia global pode ser lida nesse registro. Da mesma forma, a camisa de força apertada que o *Mercado* coloca no Estado e nas políticas públicas. Por fim, também a voracidade com que o capital avança sobre o fundo público, direitos trabalhistas e rendimentos da classe trabalhadora (SÁ



BARRETO, 2019). Ainda poderíamos incluir nessa mesma chave de interpretação a obsessão pela produção *just in time*, mencionada por Foster e Suwandi.

Partindo dessas intuições, conseguimos avaliar a crise sanitária de 2020 e 2021 sob um prisma menos conjuntural ou politicista. A irrupção da epidemia de Covid-19 na China (que se converteu em pandemia em poucos meses) demonstrou contundentemente a necessidade de termos capacidade ociosa em hospitais e algumas indústrias. Mas esse tipo de ociosidade é inimigo do capital; especialmente o capital senil e obcecado pela produção *just in time*. Demonstrou também a necessidade de ter capacidade de produzir localmente uma série de equipamentos. Mas a compulsão pela eficiência de custo exige que o grosso da produção industrial do mundo se concentre na China. Demonstrou também a necessidade de suspender, ainda que temporariamente, a circulação de pessoas, animais e coisas (nas cidades e pelo mundo). Mas esse tipo de paralisação é inimigo do capital materialmente dependente da densa rede de longuíssimas cadeias de suprimento. Aliás, todo o debate que transcorreu a respeito da paralisação ou não de atividades essenciais se revelou bastante sintomático.

Pessoas comuns tenderam a modular seus posicionamentos em termos do que é ou não necessário para o atendimento das necessidades humanas cotidianas. Perderam de vista que, nesta sociedade, a necessidade que realmente importa, que subordina todas as demais, é a de valorização do capital. E tendo em vista a rede de dependência material absoluta e global que estrutura hoje a reprodução do capital, *tudo é essencial e, portanto, nada pode parar*.

Para as pessoas que perderam suas rendas no pandemônio econômico que se seguiu à crise sanitária, algum tipo de socorro financeiro teria sido fundamental. Mas a tara fiscalista e anti-inflacionária do Estado burguês, objetivamente determinada pelos requisitos reprodutivos desse capitalismo moribundo, garantiu que o socorro – mesmo nos casos em que ele existiu – tenha ficado aquém do necessário.

O que pretendemos sublinhar ao enumerar esses exemplos pontuais é que, embora a capacidade técnica estivesse ao nosso alcance e embora os riscos de um evento pandêmico como esse fossem razoavelmente conhecidos há anos, fomos impactados pela Covid-19 em uma situação geral de profundo despreparo. Não porque não soubéssemos o que podia e precisava ser feito, mas porque aquilo que podia e precisava ser feito era, em grande medida, incompatível com os requisitos reprodutivos do capital.



É precisamente esse tipo de nó górdio que encontramos no âmbito da crise ecológica. Tudo aquilo que precisamos fazer para evitar os piores impactos dessa crise (e que estão ao nosso alcance de um ponto de vista técnico) é inconciliável com a lógica do capital. Mais que isso, tudo aquilo que precisamos fazer para nos adaptarmos aos impactos já inevitáveis e razoavelmente previsíveis também exhibe essa mesma característica: os meios já escassos e insuficientes para dar respostas às crises sanitária e ecológica vão sendo rapidamente erodidos à medida em que os caminhos disponíveis para o capital reproduzir sua lógica vão se tornando cada vez mais estreitos.

Entre esses impactos previsíveis, alguns têm contato direto com os temas relacionados ao imperialismo. Nesse mundo novo em formação, as tensões geopolíticas oriundas das pressões para controlar as cadeias de suprimento serão reforçadas exponencialmente. Podemos pensar que a almejada dependência crescente de fontes de energia ditas renováveis traz em seu rastro uma necessidade crescente de produção de baterias. Baterias que têm, entre seus componentes, minerais específicos, que existem em jazidas específicas em países específicos. O lítio, por exemplo, mineral essencial à produção de baterias hoje, tem suas maiores reservas localizadas na Bolívia, no Chile e na Argentina.

Aliás, a pressão diplomática que se avoluma para a elaboração de acordos globais que apontem para uma transição energética capaz de conter as emissões globais de gases de efeito estufa também tem impellido os países do centro a buscarem controle sobre oportunidades de mitigação. A título de exemplo, lembremos que os mercados de carbono estruturam institucionalmente a exploração de oportunidades de mitigação em países periféricos (seja na "periferia do centro", seja na periferia mesmo) (SÁ BARRETO, 2015).

Paralelamente, os fluxos migratórios (correntes e previsíveis) já vêm elevando a temperatura do ambiente político há alguns anos. Ao analisarmos o livre trânsito para a ascensão da extrema direita na Europa, não podemos deixar de levar em conta as tensões provocadas por fluxos migratórios recentes, oriundos especialmente da Síria. E discutindo o caso específico da Síria, Malm (2017) nos mostra que a guerra civil, determinante mais aparente desse fluxo migratório, foi catalisada por uma seca histórica que assolou o país anos antes, e que dificilmente poderia ser explicada sem referência às mudanças climáticas.

As disputas (econômicas, políticas ou militares) por terra agricultável, normalmente impulsionada pela voracidade com a qual a lógica extrativa do



capital cobre o planeta, tendem a ganhar contornos muito mais agudos à medida que as primeiras ondas de impacto da crise climática lancem as nações mais poderosas do globo em uma busca por controle efetivo sobre regiões menos vulneráveis a esses impactos.

Não temos aqui uma mera enumeração desconexa de impactos com alguma relação lateral com o tema do imperialismo. Por esses exemplos pontuais, pretendemos sublinhar que alguns impactos bastante dramáticos das mudanças climáticas já em curso vão começar a atingir as sociedades humanas com ferocidade e frequência para as quais não temos ainda qualquer resposta satisfatória.

Essa perturbação incontrolável da “normalidade”, tal como estamos vendo acontecer em dose homeopática durante a pandemia da Covid-19, aumentará tremendamente a volatilidade política (por vezes, de maneira episódica e, possivelmente, até mesmo em mudanças permanentes de nível). Não é uma extravagância infundada concluir que os pilares do capitalismo – e também os da sociedade, em um sentido geral – serão balançados violentamente.

Em seu livro de 2018, *The progress of this storm*, Andreas Malm nos mostra que, ao contrário do campo crítico (admitindo sua imensa heterogeneidade), o campo da ordem já vem se preparando diligentemente. E sequer são as iniciativas individuais de multimilionários tentando criar suas próprias arcas de Noé que são os fenômenos mais relevantes.

Malm nos apresenta, por exemplo, um relatório da Inteligência estadunidense sobre ameaças globais em que se lê: “Eventos climáticos extremos (enchentes, secas, ondas de calor) irão, crescentemente, perturbar mercados de alimentos e energia, exacerbando a fraqueza do Estado, forçando migrações humanas e disparando revoltas, desobediência civil e vandalismo”. (US Intelligence Community, 2013, p. 9) No relatório mais recente disponível, de 2019, a lista de riscos iminentes aumenta consideravelmente: além de enchentes, secas e ondas de calor, são mencionados incêndios, elevação do nível do mar, degradação do solo, pandemias, acidificação dos oceanos, migrações *em massa*, tensões geopolíticas. (US Intelligence Community, 2019, p. 21)

Nada disso é colocado como um conjunto de previsões para um futuro distante. São processos em curso que já ameaçam (ainda segundo o mesmo relatório) infraestrutura, saúde e as seguranças hídrica e alimentar. Aqui temos apenas um exemplo emblemático, mas é evidente que nós, a



humanidade em sentido bem amplo – i.e. abstraindo dos donos do mundo – está desproporcionalmente mal preparada.

Considerações finais

Nos primeiros meses de 2020, surgiram por toda parte comparações entre a situação vivenciada durante a pandemia causada pela Covid-19 e uma situação de guerra. Justificava-se assim medidas excepcionais de restrição ao movimento de pessoas e mercadorias, além de gastos públicos extraordinários. Muito se lembrou também da pandemia causada pela Gripe Espanhola, disseminada precisamente na esteira da mesma guerra sobre a qual os teóricos do imperialismo haviam se debruçado. O que estas comparações não queriam – ou podiam – admitir, no entanto, é que esse paralelo se estendesse também à noção de que tanto a Guerra e a pandemia do início do século XX quanto as crises estrutural, sanitária e ecológica hodiernas tivessem como *causa causans* a própria dinâmica capitalista.

Não obstante, é precisamente isso que se torna cada vez mais evidente. Talvez por isso tenha se tornado tão característico da ideologia conservadora contemporânea servir-se do *negacionismo*. Diante da impossibilidade de eximir a ação destrutiva do capital de sua flagrante responsabilidade pela crise, busca-se fechar os olhos para a crise em si.

Como já destacado anteriormente, em seu tempo, Marx depositou grandes expectativas de que uma crise mundial pudesse desencadear novos eventos revolucionários. Isso não significa que ele considerasse uma crise *condição suficiente* para a ação revolucionária, como nos lembra Musto (2011, p. 53): “Marx não via o processo revolucionário de modo determinista, mas estava seguro de que a crise era um pré-requisito indispensável para sua eclosão”. Marx acreditou firmemente na capacidade de organização da classe trabalhadora, especialmente diante das crises (econômicas), e, portanto manteve-se sempre otimista com relação ao potencial revolucionário. Hoje, entretanto, quando a crise é muito mais profunda – porque, sem perder sua dimensão estritamente econômica, empilhou sobre si a crise ecológica –, ainda não é claro que movimentos (organizados ou espontâneos) terão capacidade real para alimentar uma transformação social.

Em nosso mundo contemporâneo, de um individualismo extremado por séculos de domínio e expansão da lógica capitalista, talvez esteja a nosso favor a dificuldade crescente em esconder que a crise ecológica global



não poupará as populações de nenhuma parte da Terra, mesmo que umas venham a sofrer antes e mais do que outras. Mais uma vez aqui cabe recorrer ao que dissera Luxemburgo a propósito da Guerra:

A atual guerra mundial representa uma guinada nesse percurso. Pela primeira vez, as bestas ferozes que a Europa capitalista soltava em todo o resto do mundo irromperam agora de uma só vez no coração da Europa. Um grito de horror percorreu o mundo quando a Bélgica, essa pequena joia preciosa da cultura europeia, quando os mais veneráveis monumentos culturais do Norte da França caíram em cacos sob o impacto ensurdecido de uma cega força destrutiva. O “mundo civilizado” havia assistido indiferente a esse mesmo imperialismo consagrar-se à mais cruel aniquilação de dez mil Herrerros, quando os gritos enlouquecidos dos que morriam de sede e os estertores dos moribundos encheram o deserto do Kalahari; quando em Putumayo, no espaço de dez anos, 40 mil homens foram torturados até a morte por um bando de capitães de indústria europeus, e o resto do povo transformado em estropiados; quando na China, a fogo e sangue, uma civilização antiquíssima foi abandonada a todos os horrores da destruição e da anarquia pela soldadesca europeia; quando a Pérsia, impotente, foi estrangulada no nó corredio, cada vez mais apertado, da tirania estrangeira; quando em Trípoli, os árabes foram submetidos a ferro e fogo ao jugo do capital e de sua civilização, e suas casas foram arrasadas. Esse “mundo civilizado” só hoje descobriu que a mordida das feras imperialistas é mortal, que suas exalações são perversas. Ele só o percebeu quando as feras enterraram as garras afiadas no seio da própria mãe, a civilização burguesa europeia (LUXEMBURGO, 2011, p. 141-2).

Contudo, para que realmente floresçam alternativas para lidar com a crise em que nos encontramos será preciso que saibamos ultrapassar o pragmatismo individualista e afastar as falsas alternativas em que as “mudanças” acontecem apenas para conservar tudo como está. Esta crise, como aquela que antecedeu à Guerra, foi produzida pelo desenvolvimento capitalista e, também como aquela, não pode ser superada sem a crítica radical e a ação conjunta dos trabalhadores do mundo.



Referências

- A MORTE lhe cai bem. Direção: Robert Zemeckis. Estados Unidos: Universal Pictures, 1992. 1 DVD (104 min.).
- CORREA, H. F. Neo-imperialismo: fase superior do neoliberalismo? (Sobre a necessidade do imperialismo no século XXI). **Revista Outubro**, n. 34, 2020.
- ENDERWICK, P.; BUCKLEY, P. Rising regionalization: will the post-COVID-19 world see a retreat from globalization? **Transnational Corporations Journal**, v. 72, n. 2, 2020.
- ENFU, C.; BAOLIN, L. Five Characteristics of Neoimperialism: Building on Lenin's Theory of Imperialism in the Twenty-First Century. **Monthly Review**, v. 73, n. 1, Maio 2021. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2021/05/01/five-characteristics-of-neoimperialism/>>.
- FONTES, Virgínia. Notas para o estudo do imperialismo contemporâneo-Marx, capital monetário e capital funcionante. **Marxists Internet Archive**, 2007. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/A-V-Fontes.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2021.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FOSTER, J. B.; SUWANDI, I. "COVID-19 and Catastrophe Capitalism". In: CALLINICOS, A. et al. **Routledge Handbook Of Marxism And Post-Marxism**. Londres: Routledge, 2021.
- FUCHS, C. Critical Globalization Studies: An Empirical and Theoretical Analysis of the New Imperialism. **Science & Society**, vol. 74, n. 2, 2010, p. 215-247.
- HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- KAUTSKY, K. O imperialismo; Dois artigos para uma revisão. In: TEIXEIRA, A. (Org.) **Utópicos, heréticos e malditos: os percursos do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LEITE, L. **O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de Marx**. Tese (Doutorado em Economia)– Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2017.



- LENIN, V. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2008.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- LUXEMBURGO, R. A crise da social-democracia. In: LOUREIRO, I. (Org.) **Rosa Luxemburgo**: textos escolhidos, volume II (1914-1919). São Paulo: Unesp, 2011.
- MAGDOFF, F. Twenty-First-Century Land Grabs: Accumulation by Agricultural Dispossession. **Monthly Review**, v. 65, n. 6, Nov. 2013. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2013/11/01/twenty-first-century-land-grabs/>>.
- MALM, A. "Revolution in a Warming World: Lessons from the Russian to the Syrian Revolutions". **Socialist register 2017**, 2017.
- MALM, A. **Corona, climate, chronic emergency**: war communism in the twenty-first century. Londres: Verso, 2020.
- MALM, A. **The Progress of This Storm**. Londres: Verso, 2018.
- MARX, K. **O Capital**. Livro I: o processo de produção do capital (Vol. I). São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **O Capital**. Livro III: o processo global de produção capitalista (Vol. III) São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MAZZUCHELLI, F. **Os anos de chumbo**: economia e política internacional no entreguerras. São Paulo: Unesp, 2009.
- MUSTO, M. A formação da crítica de Marx à economia política: dos estudos de 1843 aos Grundrisse. **Crítica Marxista**, n.33, 2011.
- PRADELLA, L. **Globalisation and the critique of political economy**: new insights from Marx's writings. London: Routledge, 2015
- PRADELLA, L. Marx's Capital and Imperialism. **Historical Materialism**, v. 2, n. 21, 2013.
- PRADO, E. "Questionando a macroeconomia da 'grande recessão'". **Marx e o marxismo**, 3(5), 2015.
- SÁ BARRETO, E. "Crise climática e o Green New Deal : uma primeira aproximação crítica". **Revista Fim do Mundo**, n. 2, 2020.



- SÁ BARRETO, E. "Marx contra a fantasia 'coaseana': uma crítica ontológica ao fundamento teórico dos mercados de carbono". **Marx e o marxismo**, 3(5), 2015.
- SÁ BARRETO, E. "Restauração neoliberal e o esgotamento histórico de formas consagradas de resistência". **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 53, 2019.
- SAMPAIO JÚNIOR, P. D. A. Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução. In: LÊNIN, V. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/Unicamp, 2011.
- SMITH, J. **Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, Super-Exploitation, and Capitalism's Final Crisis**. Nova York: Monthly Review Press, 2016.
- SOARES, Layza da R. A lógica do capital fictício e a crise ecológica. Anais do **Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2021: O futuro exterminado? Crise ecológica e reação anticapitalista**. 2021. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2021/Anais-MM2021/MC7_4.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.
- SUWANDI, I. **Value Chains: The New Economic Imperialism**. Nova York: Monthly Review Press, 2019.
- US Intelligence Community. **Worldwide Threat Assessment of the US Intelligence Community**, 2013. Fonte: encurtador.com.br/ackK5
- US Intelligence Community. **Worldwide Threat Assessment of the US Intelligence Community**, 2019. Fonte: encurtador.com.br/oxSXY
- WALLACE, R. **Big farms make big flu**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2016.
- WALLACE, R. **Dead epidemiologists: on the origins of COVID-19**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2020.
- WOOD, E. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Recebido em 16 nov. 2021 | aceite em 11 dez. 2021

